

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Des^a Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Mai de 2023
Data da Publicação:	15/06/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Mai
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	105.186.876,43
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	13.531,46
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	37.270.675,79
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	-
	TOTAL	142.471.083,68

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Mai
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	5.463.750,09
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	50.618.288,96
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	108.496,72
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	1.124.565,09
II-F	Passagens e despesas com locomoção	249.669,70
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	191.606,68
II-I	Serviços de água e esgoto	80.432,50
II-J	Serviços de energia elétrica	831.983,80
II-K	Serviços de telecomunicações	325.656,17
II-L	Serviços de comunicação em geral	353.371,40
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	2.798.672,17
II-N	serviços de limpeza e conservação	774.855,95
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	766.598,77
II-P	Serviços de publicidade	54.628,17
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	192.605,23
II-R	Serviços de seleção e treinamento	176.705,37
II-S	Aquisição de material de expediente	11.067,70
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	0,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	314.279,52
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	14.706,36
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	783.533,73
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	3.926.937,34
II-Z	demais despesas de custeio	11.754.466,30
	TOTAL	80.916.877,72

Inciso III – Despesas com Investimentos		Mai
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	1.014.337,35
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	930.300,00
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	30.388,80
	TOTAL	1.975.026,15

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Mai
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Mai
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	125.787.913,29
V-B	Custeio ⁽³⁾	14.472.891,51
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	140.260.804,80

Inciso VI – Receitas		Mai
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	10.224.288,71
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	5.069.218,48
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	7.514.170,67
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	12.406.633,81
	TOTAL	35.214.311,67

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará - SIAFE ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 16/01/2023, o mesmo ainda está passando por ajustes, comprometendo assim a extração de dados do mesmo. Logo, o presente relatório poderá ser retificado posteriormente.